

Indústria

Nova lei quer estimular negócios do espaço

Magda Cocco diz que as mudanças vão ajudar a atrair investimento para o sector.



LEX 16 e 17



Lex

MAGDA COCCO SÓCIA DA VIEIRA DE ALMEIDA

“Lei competitiva” quer estimular negócios do espaço

A futura lei do espaço é vista por Magda Cocco, sócia da VdA e especialista nesta matéria, uma “lei competitiva” e capaz de ajudar a atrair investimento para o sector.

JOÃO MALTEZ
jmaltez@negocios.pt



Miguel Baltazar



Na área do espaço, onde os investimentos são vultuosos, as empresas têm de saber com o que contam.

Aquela que será a futura Lei do Espaço portuguesa está em fase final de consulta pública. O diploma promete levar a cabo uma pequena revolução no funcionamento do sector aeroespacial, uma económica emergente no país. Magda Cocco, sócia da Vieira de Almeida e Associados (VdA), acredita que vem aí uma lei “competitiva” e que permitirá estimular os negócios

relacionados com espaço em Portugal, uma realidade que esteve em análise num encontro realizado esta semana pela sociedade a que a advogada está ligada.

Portugal vai ter pela primeira vez legislação específica para o sector aeroespacial. Qual é o quadro legal que hoje existe?

A legislação que existe na área do espaço é uma legislação internacional. Fundamentalmente são cinco

tratados das Nações Unidas que foram negociados e aprovados durante a guerra fria, em que havia duas potências [Estados Unidos e União Soviética] marcantes. Esses tratados só prevêem a responsabilidade dos Estados na actividade espacial. Enquanto é só o Estado a promover esta actividade, naturalmente a responsabilidade fica dentro do Estado.

Só que a actividade começou a atrair operadores privados...

À medida que começam a entrar operadores privados, é fundamental regular, não só para cumprir as obrigações estaduais em matérias do domínio internacional, mas também para dar um sinal às empresas e às entidades que querem investir nesta área como o podem fazer e quais são os riscos que estão a assumir.

Pode dizer-se que o sector está a precisar de uma lei para se desenvolver?



Açores poderão ter base para lançar satélites

Que papel cabe aos advogados?

Em que pode uma sociedade de advogados contribuir para promover o sector aeroespacial? Tal como evidencia Magda Cocco, sócia da VdA, o trabalho do advogado neste âmbito acaba por ser idêntico ao que é feito noutras áreas, salvaguardando as especificidades de estarmos a falar da criação de novas tecnologias. Assim, o advogado especialista em direito aeroespacial dá apoio jurídico às empresas que funcionam no mercado, trabalha em projectos relacionados com o desenvolvimento de aplicações para a área do espaço, assegura a protecção da propriedade intelectual ou elabora contratos. No caso da sociedade de Magda Cocco, há também a particularidade de fazer parte da International Astronautical Federation, sendo uma das duas únicas firmas de advocacia que integram esta organização.

A lei é um requisito essencial para os negócios no sector do espaço, como em qualquer outra área. Mas obviamente não é o único. Há também que estimular o investimento. Na área do espaço, onde os investimentos são, por norma, vultuosos, as empresas e instituições têm de saber com o que contam.

Com as leis actuais não sabem com o que contam?

Até há pouco tempo, o espaço

era, e ainda é, um sector muito dominado pelo investimento público. Mas estamos a assistir agora a uma nova era – “new space” –, em que uma série de investidores privados apostam na criação de produtos e serviços nesta área. Em particular nos Estados Unidos, isso é muito evidente, sendo o caso mais paradigmático o de Elon Musk e da sua empresa, a Tesla.

O que é que o legislador procurou com a lei que está em fase de consulta pública?

Com esta lei, o que se pretendeu foi definir regras claras e precisas.

Por exemplo, a que níveis?

Antigamente, um agente económico responsabilizava-se por toda a cadeia de produção, desde a construção do satélite, lançamento, colocação em órbita, operação e manutenção. Hoje já é possível contratar entidades para lançarem satélites construídos e operados por outras empresas ou instituições. Esta lei já prevê esta nova realidade. Além disso, é também uma lei que procura dar alguns incentivos ao investimento.

Que tipo de incentivos ao investimento estão previstos?

Nomeadamente a possibilidade de limitar o montante da responsabilidade pela qual, caso ocorra um acidente, o Estado tenha de responsabilizar-se face a outro Estado que tenha de indemnizar. Por outro lado, várias legislações prevêem mecanismos de seguro obrigatórios, seguros elevados. A nova lei prevê algumas benesses em relação aos seguros e à possibilidade de reduzir o seu valor em determinadas

situações. A lei procura dar alguns incentivos ao investimento por parte das empresas, desde que estas trabalhem a partir de Portugal.

Houve portanto a preocupação de fazer uma lei competitiva. É isso?

Houve essa preocupação de fazer uma lei competitiva e foi fundamentalmente nos aspectos que já referi: a questão do limite da responsabilidade em caso de acontecer algum acidente que dê lugar a indemnização por parte do Estado e o tema dos seguros.

Esta lei centra-se também muito no processo de licenciamento das actividades do sector aeroespacial. Como é que vai funcionar?

Além disso, em relação à entidade que licencia a actividade neste sector, procurou criar-se um ‘one stop shop’. Noutros países é preciso pedir autorizações a diversas entidades, por exemplo a nível ambiental ou no campo das telecomunicações. Aqui procurou centralizar-se tudo numa única entidade.

É uma espécie de balcão único dos negócios do espaço?

Exactamente. Para já, a proposta é que seja a Anacom a desempenhar esse papel, porque entende-se que ainda não existe volume suficiente para estar a criar uma autoridade autónoma, com os custos inerentes que isso tem. Mas, no futuro, se vier a intensificar-se a actividade espacial em Portugal, a ideia é criar-se uma autoridade independente ou com alguma autonomia que possa gerir estas matérias. ■

O sector aeroespacial português já participa em grandes projectos internacionais e poderá mesmo ganhar, nos Açores, um porto para lançamento de satélites. A advogada e especialista na área do Direito do Espaço, Magda Cocco, explica o que está em jogo.

O facto de ser preciso legislar sobre o sector aeroespacial é sinónimo de que esta área de negócios tem aumentado o número de operadores?

Temos empresas a participar em projectos internacionais extraordinários. Há mais de três dezenas de empresas portuguesas que estão envolvidas em projectos da Agência Espacial Europeia, que estão com grandes players globais na área do espaço. Estão a fazer pequenas componentes de objectos espaciais, seja de satélite, seja de lançadores. É um trabalho muito interessante, mas desconhecido.

Que novas oportunidades existem neste sector para as empresas nacionais?

O chamado “new space”, a entrada dos privados no sector, per-

mite criar grandes oportunidades para Portugal. Nesta área há o chamado mercado ‘downstream’, das aplicações baseadas em tecnologias de satélite, que é acessível a qualquer país. Já a parte do investimento no mercado do ‘upstream’, os lançamentos de satélites, requer mais capital e aí nem todos os países estão no mesmo patamar.

Portanto Portugal está a apostar sobretudo no mercado das aplicações. É isso?

Estamos a apostar sobretudo aí, embora esteja também em cima da mesa a possibilidade de haver um centro de lançamento de pequenos satélites a partir dos Açores. Insere-se naquilo que é a estratégia espacial para a Europa, publicada em 2016, que tem entre os seus objectivos manter a capacidade de lançamento de satélites na Europa. Existem vários países que estão neste momento a competir para esse efeito.

Porque é que a escolha iria incidir nos Açores?

Falamos do lançamento de pequenos satélites, com uma dimensão completamente diferente dos lançamentos [dos grandes foguetões] a que assistimos nas televisões. Os Açores têm um posicionamento estratégico importante. Outras jurisdições que estão a competir são do centro da Europa, onde obviamente é preciso articular um projecto desses com a aviação civil, porque os céus europeus são bastante concorridos. Nesse domínio, os Açores têm uma posição geográfica muito interessante. ■



Está em cima da mesa a possibilidade de haver um centro de lançamento de pequenos satélites a partir dos Açores.